

A RENDA BÁSICA DE CIDADANIA POR EDUARDO SUP LICY

UMA COLETÂNEA DAS IDEIAS, TRAJETÓRIA
E PROPOSTAS DE EDUARDO MATARAZZO SUP LICY

A RENDA BÁSICA DE CIDADANIA POR EDUARDO SUPPLY

UMA COLETÂNEA DAS IDEIAS, TRAJETÓRIA
E PROPOSTAS DE EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

REDAÇÃO

Eduardo Matarazzo Suplicy

COORDENAÇÃO GERAL E SISTEMATIZAÇÃO

Mônica Dallari

REVISÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gloria di Monaco

José Vicente Kaspreski

Júlia Lima

Larissa D'Alkimin

Luisa Mesquita Piazzzi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eliana Kestenbaum

FOTO DA CAPA

Cynthia Barros

FOTOS MIOLO

Página 4: Mônica Dallari | **Página 11:** Ricardo Stuckert | **Página 14:** Ricardo Stuckert |

Página 16: Mauro Bellesa | **Página 18:** Ricardo Stuckert | **Página 20:** Mônica Dallari |

Página 23: Acervo Pessoal | **Página 24:** Lucas Porto Martins |

Página 26, foto superior: Lucas Benevides |

Página 26, foto inferior: Lucas Porto Martins | **Página 30:** Lucas Porto Martins |

Página 33: Lucas Porto Martins | **Página 36:** Mônica Dallari |

Página 40: Mônica Dallari | **Página 46:** Acervo Pessoal | **Página 51:** Acervo Pessoal |

Página 53: Mônica Dallari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Uma Vida Dedicada à Renda Básica 5

CAPÍTULO 1

Caminhos da Renda Básica no Brasil 15

CAPÍTULO 2

As Vantagens da Renda Básica Incondicional e Universal 21

CAPÍTULO 3

Renda Básica e Economia Solidária:
Iniciativas de Sucesso no Brasil 25

CAPÍTULO 4

Avanços da Renda Básica no Brasil 31

CAPÍTULO 5

Experiências Internacionais Inspiradoras que Visitei 37

CAPÍTULO 6

Renda Básica: Uma Nova Ética para o Século XXI 41

CONCLUSÃO

45

APÊNDICE

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Renda Básica 47

Laureados com o Prêmio Nobel de Economia
e da Paz que defendem a Renda Básica Universal 55

19th World Basic Income Congress

22 - 25 August, 2019
Hyderabad



Eduardo Suplicy no 19º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network (BIEN), em Hyderabad, Índia (2019)

INTRODUÇÃO

Uma Vida Dedicada à Renda Básica

Nasci em São Paulo em 21 de junho de 1941, e desde minha infância me interessei em pensar como seria possível ajudar a construir uma sociedade onde todos pudessem viver com liberdade e dignidade. Fui o oitavo filho de meus pais, Paulo Cochrane Suplicy e Filomena Matarazzo Suplicy, que tiveram onze filhos. Eles eram muito católicos e costumavam dizer o quão importante seria para nós sermos sempre muito fraternos, com muita solidariedade e união, e que esses valores deveriam valer além dos muros de nossa casa. Durante minha juventude, como estudante, fiquei muito curioso em conhecer as diversas formas de organizar uma sociedade. Cada vez mais, cheguei à conclusão de que é possível construir uma sociedade civilizada e justa por meios democráticos, não violentos e pacíficos.

Após estudar Administração de Empresas e trabalhar por um ano com meu pai no Escritório Suplicy, tentando desenvolver um setor de exportação para produtos manufaturados no Brasil, decidi prestar o concurso para me tornar professor de Economia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação

Getúlio Vargas. Tendo sucesso, pude completar meu mestrado e doutorado na Michigan State University, com mais quinze meses de estudos na Stanford University, onde fui convidado a ministrar um curso sobre a Economia Brasileira. Durante esse período, pude acompanhar a discussão de uma Renda Mínima Garantida através de um Imposto de Renda Negativo, como defendiam James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Milton Friedman e muitos outros.

Em 46 anos de vida pública, fui senador por São Paulo por 24 anos, o primeiro a ser eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1990. Fui eleito Deputado Estadual (1978), Deputado Federal (1982) e Vereador em 1988, 2016 e 2020, recebendo o maior número de votos em todas as três eleições entre todos os candidatos eleitos no Brasil. Em 2015, convidado pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), atuei como Secretário de Direitos Humanos e Cidadania.

Eleito Senador no Brasil em 1990, eu apresentei um projeto de lei em abril de 1991 para estabelecer um programa de garantia de renda mínima a partir de um sistema de imposto de renda negativo. A proposta surgiu de discussões que vinculavam a renda garantida às oportunidades educacionais e condições de saúde. Os pais com direito à renda mínima seriam obrigados a matricular seus filhos na escola e garantir que recebessem vacinas essenciais em postos de saúde públicos. Este projeto foi aprovado por unanimidade pelo Senado.

Em julho de 1994, o economista e filósofo belga Philippe Van Parijs, um dos principais fundadores da Basic Income European

Network (BIEN - Rede Europeia de Renda Básica), veio ao Brasil para dar palestras na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo. Fomos convidados a participar de um seminário organizado pelo Departamento de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP. No painel, estavam eu, Philippe Van Parijs, e os economistas e professores Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, e Paul Singer, da Faculdade de Economia e Administração da USP.

Eu ainda não conhecia Philippe Van Parijs pessoalmente, mas já compartilhava uma simpatia pela ideia de Renda Básica. Em 1992, o economista Antonio Maria da Silveira, com quem eu interagía frequentemente, presenteou-me com o livro *“Arguing for a Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform”*, editado por Van Parijs com contribuições de pensadores contemporâneos, e fiquei positivamente impressionado. É importante mencionar que Antonio Maria da Silveira foi o autor que publicou o primeiro artigo sobre a garantia de uma renda mínima no Brasil em 1975, intitulado “Redistribuição de Renda”.

Durante o debate na USP, Van Parijs criticou as iniciativas existentes de renda mínima em alguns países, que complementam os recursos necessários para a sobrevivência dos mais pobres até um limite estabelecido. *“No entanto, o benefício acaba incentivando o desemprego, pois a diferença concedida é muitas vezes muito maior do que a renda do indivíduo, que então escolhe viver apenas dela e desiste de trabalhar”*. Como é concedida a todos, independentemente de sua situação, a Renda Básica não tem esses efeitos negativos, argumentou o economista belga. *“Aqueles que trabalham sempre*

terão uma renda líquida maior do que se não trabalhassem, eliminando assim a ‘armadilha do desemprego’”. Na época, considerei uma Renda Básica incondicional ideal a longo prazo, mas ainda inviável dada a persistente desigualdade de renda no Brasil.

Bresser Pereira disse que estava inclinado a apoiar o conceito de Renda Básica devido à sua simplicidade e menores custos administrativos. Para Paul Singer, alguns benefícios estatais poderiam ser considerados uma forma de Renda Básica “in natura”, como educação pública e saúde. No entanto, se substituídos por um sistema monetário, a população teria maior autonomia.

Em um artigo publicado em outubro de 1994 na Folha de S.Paulo, Van Parijs escreveu que ficou surpreso com o debate que encontrou no Brasil:

“Um debate sobre a versão mais ampla da ideia – uma renda de cidadania paga direta e incondicionalmente a todos os adultos – vem se desenvolvendo desde os anos 1980 na Europa Ocidental, onde altas taxas de desemprego estimularam a discussão. Muitos, incluindo eu mesmo, assumiram que esse tipo de debate só poderia surgir em sociedades altamente industrializadas. Foi com grande surpresa que descobri, durante uma visita recente ao Brasil, que uma proposta de renda mínima garantida feita pelo senador Eduardo Suplicy em 1991 foi aprovada quase por unanimidade pelo Senado brasileiro em dezembro de 1991 e seria agora debatida na Câmara Federal.

O que é ainda mais surpreendente é que a proposta brasileira, sendo uma forma de imposto de renda negativo, está muito mais próxima de uma Renda Básica do que os esquemas europeus de renda mínima. Consiste, antes de tudo, em um direito individual a uma

renda em dinheiro, sem restrições aos desempregados involuntários, preservando os incentivos ao trabalho na base da escala”.

Ao ver meu entusiasmo pelos debates realizados pela Basic Income European Network (BIEN), que se reunia a cada dois anos em pequenos encontros internacionais, Philippe Van Parijs me convidou para participar do 5º Congresso Internacional em Londres, no Goldsmith College, em setembro de 1994. Lá comecei a interagir intensamente com Philippe Van Parijs, alguém que considero meu melhor amigo no Planeta Terra. No congresso, conheci grandes defensores da Renda Básica, como Claus Offe, Guy Standing, Ann Miller e Lionel Stoléru, aprofundando meus estudos. Decidi então visitar pessoalmente a pioneira iniciativa de Renda Básica universal incondicional no Alasca, EUA.

A partir da minha proximidade com os integrantes da BIEN, participei do 6º Congresso Internacional em Viena em 1996. Em 1998, como o congresso ocorreu duas semanas antes das eleições, decidi que era mais importante fazer campanha para a reeleição e continuar a luta pela garantia de renda, então perdi o 7º Congresso em Amsterdã. Felizmente, fui reeleito e participei da conferência em 2000 em Berlim e da seguinte em 2002 em Genebra.

Após extenso estudo da literatura global crescente sobre Renda Básica Universal (RBU), decidi apresentar um novo Projeto de Lei no Senado brasileiro em dezembro de 2001 para instituir gradualmente uma Renda Básica de Cidadania (RBC): o direito de todos os residentes no Brasil (incluindo imigrantes com cinco anos de residência) de receber uma transferência monetária universal e incondicional suficiente para atender às

suas necessidades básicas. A lei foi promulgada em 2004 sob o nº 10.835, tornando o Brasil o primeiro país do mundo a garantir a RBC. Ela estabelece que a RBC será instituída passo a passo, considerando os critérios definidos pelo Executivo, começando pelos mais necessitados (isso para obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que para cada despesa deve haver uma receita correspondente).

No 10º Congresso da BIEN em Barcelona em 2004, notei representantes de todos os continentes. Então sugeri mudar o significado de BIEN de “Basic Income European Network” (Rede Europeia de Rede Renda Básica) para “Basic Income Earth Network” (Rede Mundial de Renda Básica). A proposta foi aprovada por consenso. Também em Barcelona, e devido à promulgação da Lei da RBC, fui honrado ao ser eleito co-presidente da BIEN. A Rede Brasileira de Renda Básica foi criada em Barcelona, com 13 brasileiros presentes. Fui informalmente nomeado coordenador.

Particpei dos congressos subsequentes na África do Sul (2006) e na Irlanda (2008).

Em 2010, o 13º Congresso Internacional da BIEN na Universidade de São Paulo (30 de junho a 2 de julho) foi crucial para fortalecer a defesa da Renda Básica, especialmente na academia. Foi apoiado pela Faculdade de Economia da USP, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (liderada por Paul Singer), pelo Ministério do Trabalho e por outras instituições. Todos os intelectuais presentes, como o bispo namibiano Zephania Kameeta (entusiasmado com o projeto



Os participantes do 13º Congresso Internacional da BIEN na Universidade de São Paulo com o Presidente Lula (2010)

piloto de Otjivero), também foram recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Particpei dos congressos de 2012 em Munique, 2014 em Montreal e 2016 em Seul.

Em fevereiro de 2016, recebi um dos maiores presentes da minha vida: a outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Católica de Louvain, durante as comemorações dos 500 anos da publicação de “Utopia” de Thomas More, em reconhecimento à minha longa e persistente batalha a favor da Renda Básica no Brasil e no mundo.

Em 2017, fiz a sugestão ao presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann, para criarmos um grupo de trabalho para estudarmos as etapas em direção à Renda Básica. Ele aceitou, e as reuniões deste grupo impulsionaram a retomada dos trabalhos da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB), que foi formalizada em 26 de abril de 2019. A diretoria foi composta pelo presidente

Leandro Teodoro Ferreira, pela vice-presidente Tatiana Marins Roque, pela secretária Bruna Cristina Neves Carnellosi, pela tesoureira Marília Gabriela Silva, pelo diretor de comunicação Marcelo Lessa, pelo diretor científico Fábio Domingues Waltenberg, pela diretora de relações internacionais e institucionais Paola Loureiro Carvalho, e pelos membros do Conselho Fiscal: Aldaíza de Oliveira Sposati, Américo Sampaio e Fernando José Gomes Freitas, sendo eu designado Presidente de Honra.

Ao longo de 24 anos e três mandatos no Senado (1991-2015), viajei a 48 países representando o Congresso Nacional do Brasil. Recebi inúmeros convites de universidades, governos, ONGs, sindicatos, parlamentos e fóruns internacionais para palestras, debates e seminários. A eleição do Presidente Lula (2002, 2006) e meu papel como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado facilitaram novos contatos.

Os convites para as viagens eram aprovados pelo plenário. Nunca permiti que minhas ausências interferissem em meus deveres como senador, razão pela qual as viagens eram sempre breves. De 1995 a 2014, estive ausente em menos de 2% das sessões, todas devidamente justificadas.

À medida que meu envolvimento na defesa global da Renda Básica crescia, também cresciam os convites. Espalhar a ideia pela América Latina, Oriente Médio, África, Ásia e Américas tornou-se uma missão. Ainda não visitei a Oceania, mas tenho acompanhado o debate sobre o tema por lá.

Atualmente atuando como Deputado Estadual em São Paulo, continuo essa batalha. Em 2024, a partir de minha proposta, o

presidente Lula autorizou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável para estudar a transição gradual do programa Bolsa Família para uma Renda Básica Universal e Incondicional.

Com grande alegria, posso dizer que fui uma das pessoas que ajudou a plantar a semente da RBC em todo o planeta Terra. Hoje, felizmente, tenho o prazer de testemunhar a ideia frutificar através de inúmeras experiências. Implementar uma Renda Básica Universal Incondicional no Brasil e no Mundo é a missão da minha vida.

Países Visitados:

América do Sul: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia

América Central: El Salvador, Costa Rica, Curaçao, Cuba, Guatemala, Haiti, Aruba

América do Norte: EUA, Canadá, México

Europa: Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Áustria, Itália, Suíça, França, Espanha, Bélgica, Irlanda, Finlândia

África: África do Sul, Marrocos, Moçambique, Sudão, Namíbia, Quênia

Ásia: Israel, Líbano, Irã, Filipinas, Sri Lanka, China, Bangladesh, Coreia do Sul, Palestina, Iraque, Índia, Timor-Leste



José Dirceu, Presidente Lula, Marisa Letícia Lula e Eduardo Suplicy na cerimônia de promulgação da Lei 10.835/2004

CAPÍTULO 1

Caminhos da Renda Básica no Brasil

Há trinta e um anos, em setembro de 1994, eu estava em Londres, convidado pelo professor Philippe Van Parijs para participar, pela primeira vez, de um Congresso Internacional da BIEN (Basic Income Earth Network - Rede Mundial da Renda Básica), o quinto da série. Fui convidado porque, como senador, havia conseguido propor e aprovar no Senado um projeto de lei que instituía uma Renda Mínima Garantida por meio de um imposto de renda negativo. Na Inglaterra, conheci e interagi pela primeira vez com outros membros da BIEN, como Guy Standing, Claus Offe, Walter Van Trier e Anne Miller. James Edward Meade, que não pôde comparecer por estar doente, foi homenageado no evento, sendo representado por sua filha Bridget.

O debate em torno dessa proposta no Brasil resultou na criação de um Programa de Renda Mínima Garantida para famílias pobres, vinculado às oportunidades educacionais. Famílias de baixa renda, abaixo de um determinado limite, passaram a ter direito a receber uma renda mensal, desde que seus filhos em idade escolar frequentassem as aulas regularmente. Em um debate



Eduardo Suplicy, Maria Victória Benevides, Philippe Van Parijs e Umberto Cordani no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (1994).

sobre renda mínima garantida entre economistas próximos ao PT, em agosto de 1991, o professor José Márcio Camargo (da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) argumentou que essa condicionalidade ajudaria a romper um dos principais ciclos da pobreza. Esse programa recebeu o nome de Bolsa Escola – com os primeiros implementados em 1995 pelo governador Cristóvam Buarque (PT), do Distrito Federal, e pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) de Campinas.

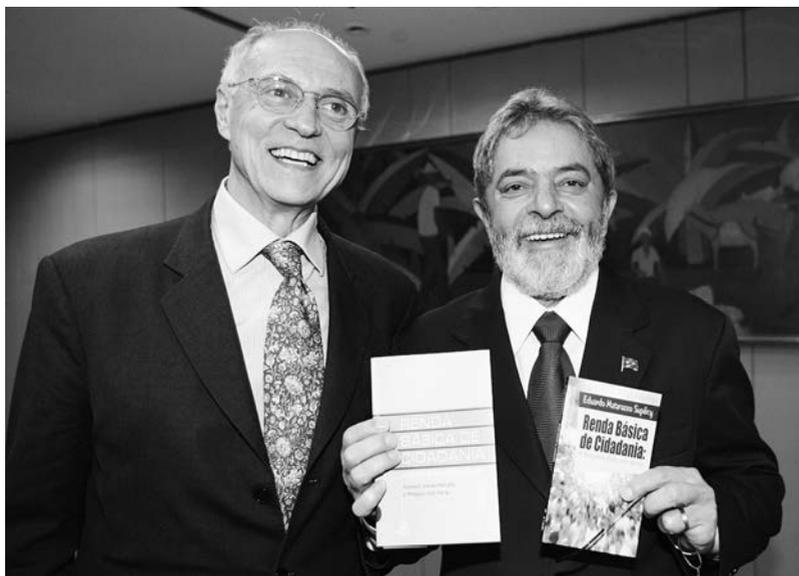
Em 1996, quando Philippe Van Parijs visitou o Brasil novamente, durante uma audiência que sugeri com o presidente Fernando Henrique Cardoso, Van Parijs afirmou que a melhor solução seria uma Renda Básica Universal e Incondicional. Mas começar com uma renda mínima vinculada à educação, como o Bolsa Escola, significaria um investimento em capital humano. O então presidente Fernando Henrique deu sinal verde para que

o Congresso Nacional aprovasse a Lei nº 10.219/2001. Em 2001, o presidente Fernando Henrique também instituiu a Lei que criou o Bolsa-Alimentação, destinada a pais que levassem seus filhos aos postos de saúde para receber as vacinas obrigatórias do Ministério da Saúde. Pouco depois, criou ainda o Auxílio-Gás, um benefício de R\$15,00 a cada dois meses para famílias pobres comprarem gás de cozinha.

Eleito presidente pela primeira vez em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva tinha como um de seus principais objetivos erradicar a pobreza e a fome, promovendo maior igualdade e justiça. No início de seu governo, em 2003, lançou o programa Cartão-Alimentação, um benefício de R\$50,00 mensais para famílias de baixa renda, destinado exclusivamente à compra de alimentos. Em outubro de 2003, seguindo a recomendação de sua equipe multidisciplinar, o presidente Lula decidiu racionalizar e unificar esses quatro programas (Bolsa Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação) no Programa Bolsa Família (PBF).

Atualmente, o Bolsa Família beneficia todas as famílias do Brasil com renda per capita de até R\$218 (US\$39,20) por mês. A família deve se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), informando a renda de cada membro. O PBF paga hoje R\$600 por família, mais R\$150 por criança de 0 a 6 anos, mais R\$50 por criança de 7 a 12 anos e por adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, além de R\$50 por mês se a mãe estiver grávida.

O número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família aumentou de 3,5 milhões, em 2004, para mais de 14,2 milhões em



Eduardo Suplicy e Presidente Lula

2014, e 20,4 milhões em abril de 2025. Nesse período, a FAO/ONU reconheceu o Brasil como tendo atingido o estágio de Fome Zero.

À medida que interagira cada vez mais com meus amigos da BIEN e estudava a literatura crescente sobre o tema, convenci-me de que a Renda Básica universal e incondicional seria ainda melhor do que um esquema de renda mínima com condicionalidades. Por isso, decidi apresentar um novo projeto de lei no Senado brasileiro, em dezembro de 2001, para instituir gradualmente uma Renda Básica de Cidadania (RBC), que consistia no direito de todos os cidadãos brasileiros residentes no país e imigrantes que vivessem no Brasil há pelo menos cinco anos (independentemente de condição socioeconômica) de receber uma renda incondicional suficiente para atender às suas necessidades básicas.

O relator do projeto, o senador Francelino Pereira (PFL), recomendou que eu aceitasse um parágrafo estabelecendo que a RBC seria implementada passo a passo, considerando critérios definidos pelo Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o PBF. Lembrei-me das recomendações de James Edward Meade em “Agathotopia” (1989), onde ele defende que novas políticas devem ser introduzidas gradualmente, e não de uma só vez, para evitar instabilidade política, como ele havia observado ao longo do século XX. Graças a esse parágrafo, a lei foi aprovada sem objeção pelo Congresso Nacional. Em 8 de janeiro de 2004, em uma cerimônia com a presença do professor Philippe Van Parijs, a Lei nº 10.835/2004 foi sancionada pelo presidente Lula.

Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), em 31 de agosto de 2016, tanto os presidentes Michel Temer (2016-2018) quanto Jair Bolsonaro (2019-2022) não deram muita atenção aos objetivos de erradicar a pobreza e promover maior equidade. A proporção da população em insegurança alimentar grave voltou a crescer, chegando a 7,3% no período de 2019-2021 e subindo para 9,9% entre 2020-2022. Isso significava, na época, que 21,1 milhões de pessoas voltavam a passar fome – mesmo considerando os benefícios emergenciais pagos durante a pandemia de Covid-19, como o Auxílio Emergencial.



Guy Standing e Eduardo Suplicy

CAPÍTULO 2

As Vantagens da Renda Básica Incondicional e Universal

Mas, afinal, por que eu acredito tanto na Renda Básica Universal? É em razão das seguintes vantagens:

Primeiro, eliminamos toda a burocracia em se ter que comprovar renda, seja no mercado de trabalho formal ou informal.

Segundo, eliminamos qualquer estigma ou vergonha associados a se ter que expor a situação financeira de alguém.

Terceiro, eliminamos o “fenômeno da dependência” que ocorre quando uma pessoa precisa decidir se aceita ou não uma oportunidade de trabalho, mas, se aceitar e ganhar dinheiro, o governo corta seus benefícios. Isso cria uma situação em que trabalhar deixa você em pior situação – então, compreensivelmente, as pessoas desistem ou recusam empregos, caindo na armadilha do desemprego ou da pobreza.

Quarto, a Constituição brasileira diz que devemos respeitar a propriedade privada. Isso significa que os donos de indústrias, fazendas, bancos, imóveis e títulos financeiros podem receber os

benefícios desses ativos sem nenhuma condicionalidade. Se os mais ricos podem receber esses benefícios sem nenhuma exigência, por que não estender a todas as pessoas, ricas ou pobres, o direito de participar, pelo menos um pouco, da riqueza da nação?

Quinto, a mais importante vantagem da Renda Básica Universal se dá pela perspectiva da liberdade e da dignidade humana, de que nos fala o professor Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade” (1999). O desenvolvimento, se for para valer, deve significar um maior grau de liberdade para todas as pessoas na sociedade. Nesse sentido, ele relembra o que aconteceu com ele aos 10 anos, quando seu pai era um bom professor e eles viviam em uma boa casa em Dacca, na época ainda parte da Índia. Certa vez, brincando no jardim de casa, um homem entrou de repente pelo portão pedindo ajuda. Ele havia sido esfaqueado nas costas. Sen chamou seu pai e o acompanhou levando aquele homem, chamado Kader Mia, para o hospital. No caminho, ele disse: *“Minha esposa me avisou para não vir a esta região marcada por conflitos étnicos. Mas eu não tinha alternativa para encontrar um trabalho e sustentar minha família.”* Quando chegaram ao hospital, Kader Mia teve uma hemorragia grave e morreu. Amartya Sen conclui: *“Esse homem não tinha liberdade real. Ele teve que arriscar sua saúde e sua vida para conseguir prover sua família”.*

Da mesma forma – para aquela mãe sem outra opção para alimentar seus filhos, que recorre à prostituição no Parque da Luz em São Paulo (onde conversei com mulheres que confirmaram essa dura realidade); ou para aquele jovem sem alternativas para ajudar sua família, que se torna um aviãozinho do tráfico, como



Eduardo Suplicy com pessoas em situação de rua em São Paulo

o protagonista de “O Homem na Estrada”, do meu amigo Mano Brown, dos Racionais MC’s – no dia em que o Brasil implementar a Renda Básica Universal, ambos poderão finalmente dizer:

“Não! Agora, graças à RBU garantida para mim e para cada membro da minha família, eu posso esperar um pouco, talvez fazer um curso em uma instituição da minha cidade, com um professor como Philippe Van Parijs ou Guy Standing, até ter a chance de uma oportunidade mais alinhada à minha vocação”.

Nesse sentido, a Renda Básica Universal elevará o nível de Liberdade e Dignidade para todos.



O Cartão Mumbuca usado nos pagamentos da Renda Básica de Cidadania em Maricá

CAPÍTULO 3

Renda Básica e Economia Solidária: Iniciativas de Sucesso no Brasil

Em dezembro de 2015, ministrei uma palestra em São Paulo sobre Direitos Humanos e a Renda Básica da Cidadania. Após minha apresentação, Washington Quaquá, então prefeito de Maricá (2008-2016) e que estava presente, me disse: “*Quero implementar isso em Maricá*”. Notavelmente, apenas um mês depois, em janeiro de 2016, todas as famílias que recebiam o Bolsa Família em Maricá começaram a receber 10 mumbucas adicionais como a primeira política de Renda Básica no Brasil em nível municipal. Criada em 2013 através de uma parceria com o Banco Mumbuca, a Mumbuca é uma moeda social válida exclusivamente em Maricá, projetada para estimular a economia local. Cada Mumbuca equivale a um Real.

O Banco Mumbuca também oferece microcrédito a residentes sem bens mas com potencial produtivo, financiando ferramentas de trabalho, como cavalos, carroças, equipamentos de cozinha, computadores, motocicletas ou outros instrumentos, permitindo que os tomadores de crédito providenciem bem-estar para suas



Eduardo Suplicy e o Prefeito Rodrigo Neves com grupo de estudantes em Niterói



Eduardo Suplicy, Fabiano Horta, Washington Quaquá e Diego Zeidan em Maricá

famílias enquanto pagam o empréstimo em 12 ou 24 meses. Este modelo inovador une inclusão financeira e desenvolvimento comunitário através de empoderamento econômico tangível.

Um novo prefeito, Fabiano Horta (PT), foi eleito em outubro de 2016. Ele assumiu seu mandato em janeiro de 2017, quando todas as famílias que recebiam o Bolsa Família passaram a receber 20 mumbucas a mais. Em dezembro de 2019, a administração municipal começou a pagar a todas as pessoas pertencentes a famílias cadastradas no Cadastro Único (aquelas com renda mensal de até três salários mínimos) uma Renda Básica de 130 Mumbucas por mês. 43.000 pessoas tornaram-se beneficiárias, 25% da população. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, o prefeito decidiu aumentar o valor da Renda Básica para 300 mumbucas. Quando a pandemia terminou, o valor retornou para 200 Mumbucas por mês. É interessante mencionar que o prefeito Fabiano Horta foi reeleito em 2020 com 88% dos votos. Em novembro de 2023, o número de beneficiários da Renda Básica era de 93.000, cerca de 50% da população de Maricá, recebendo 230 mumbucas por mês. Um controle mais rigoroso das condicionalidades reduziu o número de beneficiários para 71.430 em julho de 2025.

É importante notar que Maricá tem uma vantagem fiscal significativa em comparação com outros municípios porque sua posição geográfica em frente aos campos de petróleo da Bacia de Campos lhe dá direito a royalties substanciais da Petrobras, o que permite uma grande receita para financiar políticas como a RBC. Paralelamente a esta iniciativa, a administração também introduziu vários outros programas notáveis como o transporte público gra-

tuito (incluindo transporte para estudantes de universidades em cidades vizinhas), o Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, a melhoria da qualidade das escolas e muito apoio a cooperativas locais.

É significativo que a experiência da Renda Básica em Maricá esteja tendo um intercâmbio muito positivo com outros municípios, bem como despertando interesse internacional. O Jain Family Institute, em colaboração com a Universidade Federal Fluminense, está realizando estudos comparativos entre o que acontece em cidades dos EUA e Maricá. Quase todos os indicadores socioeconômicos de Maricá são muito positivos, como resultado da instituição da Mumbuca e da RBC.

Continuo pensando, considerando os resultados positivos da Renda Básica em Maricá, até que ponto seria apropriado também ter outras fontes de financiamento além apenas dos royalties do petróleo. Acredito que isso merece consideração pelo Governo Municipal de Maricá para que a universalização da Renda Básica possa entregar todos os seus benefícios de forma mais efetiva.

Se Maricá continuar dependendo apenas do modelo atual de financiamento da Renda Básica através dos royalties do petróleo, então não faria sentido torná-la universal? Mas se houvesse tributação sobre a renda dos mais ricos, então ficaria claro porque aqueles que têm mais estariam contribuindo significativamente para fazer de Maricá um exemplo de como aumentar o nível de dignidade e solidariedade para toda a população.

Seguindo os passos de Maricá, Niterói lançou em 2021 a “Renda Básica Temporária”, um programa de transferência de renda projetado para auxiliar famílias vulneráveis afetadas pela pandemia

de COVID-19, fornecendo pagamentos mensais a milhares de residentes de baixa renda. Com base nisso, Niterói também adotou o modelo de economia solidária, apoiando cooperativas, bancos comunitários e redes de produção local que priorizam salários justos, gestão democrática e práticas sustentáveis.

Em dezembro de 2021, tive a oportunidade de estar presente no lançamento da “Arariboia”, a moeda social criada no município que é usada nos pagamentos do Programa de Renda Básica. O valor do benefício varia de acordo com o número de membros da família. O valor base, para o primeiro membro, é de 293 Arariboias. Cada membro adicional recebe 106 Arariboias extras, até um máximo de seis familiares. Famílias com seis ou mais membros recebem o valor máximo de 823 Arariboias. No total, a Prefeitura de Niterói investe R\$ 23 milhões por mês neste programa, garantindo suporte financeiro a famílias vulneráveis enquanto promove resiliência econômica local através de seu sistema de moeda complementar. Paralelamente, o governo municipal firmou parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para oferecer capacitação, microcrédito e infraestrutura para empreendimentos cooperativos, particularmente em favelas e bairros periféricos. Estas políticas não apenas aliviam a pobreza, mas também fortalecem a resiliência econômica de base, reduzindo a dependência dos sistemas tradicionais de assistência social.



Marília Silva, Diego Zeidan, Leandro Ferreira, Eduardo Suplicy, Presidente em Exercício Geraldo Alckmin, Professora Aldaiza Sposati, Vinicius Amaral, Marcelo Lessa e Carlos Luque no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

CAPÍTULO 4

Avanços da Renda Básica no Brasil

Em 2020, através do Mandado de Injunção nº 7300, a Defensoria Pública da União (DPU), atuando em nome de um senhor em situação de rua de Porto Alegre, Alexandre da Silva Portuguesez, 51 anos, epilético, cuja única renda mensal de R\$91 vinha do programa Bolsa Família, questionou perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a inconstitucionalidade da omissão do Poder Executivo em regulamentar a RBC conforme previsto na Lei nº 10.835/2004. O STF emitiu uma decisão parcial, ordenando ao Executivo que fixasse o valor do benefício para pessoas em extrema pobreza e pobreza a partir de 2022 e tomasse as medidas necessárias para sua implementação.

Com a eleição do Presidente Lula em 2022 para um terceiro mandato, notícias positivas começaram a acontecer novamente. Em 19 de junho de 2023, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 14.601, que retomou o Programa Bolsa Família, substituindo o Programa Auxílio Brasil, que possuía diversas condicionalidades e havia sido implementado pelo Presidente Jair Bolsonaro. No §1º do artigo 1º da nova lei, estabelece-se que “*O Programa Bolsa*

Família constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da Renda Básica de Cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004”. Este é um sinal claro de que o Presidente Lula pode tomar as medidas necessárias para instituir a Renda Básica Universal durante este mandato (2023-2026). Mas, para alcançar este objetivo, teremos que estudar como financiar uma RBU para os 211 milhões de brasileiros.

Em outubro de 2023, enviei uma carta ao Presidente Lula, ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin, ao Ministro da Fazenda Fernando Haddad, à Ministra do Planejamento Simone Tebet, ao Ministro do Desenvolvimento Social Wellington Dias, ao Ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha, à Ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática Marina Silva, ao Ministro dos Direitos Humanos Sílvio Almeida e ao Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para estudar os passos rumo à implementação da universalização da RBC.

Em 1º de fevereiro de 2024, o Presidente Lula me recebeu em audiência, juntamente com o então Ministro das Relações Institucionais e atual Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e Mônica Dallari, quando aprovou minha sugestão de que esse GT fosse criado e atuasse em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (“Conselhão”), formado por 220 membros que representam líderes de diversas entidades, desde empresários até associações trabalhistas, economistas, cientistas

sociais, agroindústria, tecnologia e movimentos populares. Todas as regiões do país estão representadas.

Após março de 2024, este GT realizou mais de 10 reuniões, com alguns membros presencialmente e outros online, nas quais estudamos profundamente como organizar a implementação gradual da RBU. Durante as reuniões, a professora Aldaíza Sposati, membro da Rede Brasileira de Renda Básica, enfatizou a diferença entre as políticas de Transferência de Renda Mínima e a RBU. A RBU oferece um padrão de cidadania, pois é incondicional e estendida a todos, sem a necessidade de comprovar pobreza ou atender a condições específicas. Portanto, a RBU promove uma relação mais justa entre o Estado e os cidadãos, garantindo uma renda mínima que oferece dignidade humana, estabilidade e respeito a cada pessoa.



Eduardo Suplicy e o Ministro Alexandre Padilha (2024)

Após todas as nossas reuniões, tivemos a oportunidade de apresentar o relatório final em uma cerimônia presidida pelo Presidente em Exercício (o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, pois o Presidente Lula estava hospitalizado) com o “Conselhão” e todos os ministros, em 12 de dezembro de 2024. Nossa proposta teve um foco inicial na eliminação da pobreza infantil como um primeiro passo crítico. O plano centra-se na introdução de um Benefício para Crianças e Adolescentes, que seria implementado gradualmente por faixas etárias. Este benefício forneceria R\$ 637,00 por mês por criança – um valor que corresponde à linha de pobreza do Banco Mundial – com o objetivo de cobrir totalmente todas as crianças e adolescentes de 0 a 17 anos até 2028. Esta abordagem está relacionada ao fato de que, infelizmente, 49,1% das crianças brasileiras de 0 a 14 anos vivem abaixo da linha da pobreza, segundo dados do IBGE. O efeito imediato seria tirar todas essas crianças da pobreza, criando uma forte rede de proteção social. Após a implementação bem-sucedida deste programa para crianças e adolescentes, a proposta prevê a expansão progressiva da cobertura até alcançar a universalidade.

Como caminho alternativo, o Grupo de Trabalho também considerou começar com uma Renda Básica mais modesta, mas universal, aumentando gradualmente seu valor à medida que as receitas do governo crescessem.

Para financiar a RBC, o GT identificou várias receitas potenciais. Primeiro, uma opção seria realocar parte das isenções fiscais corporativas do Brasil, que atualmente totalizam até R\$ 641 bilhões anuais. Segundo, recomendamos a implementação de um imposto

sobre a riqueza direcionado a indivíduos com patrimônio líquido ultra-alto, que poderia gerar aproximadamente R\$ 250 bilhões por ano, ao mesmo tempo em que abordaria a desigualdade de riqueza. Terceiro, a proposta sugere a criação de um modelo de Fundo Permanente Brasileiro, seguindo exemplos bem-sucedidos como os do Alasca e de Maricá. Este fundo receberia royalties da extração de recursos naturais (incluindo petróleo, minério de ferro, amianto, alumínio, lítio, carvão e outros) e distribuiria dividendos tanto através de transferências diretas de dinheiro para os cidadãos quanto de investimentos estratégicos em infraestrutura social.

A próxima fase das atividades do Grupo de Trabalho terá como foco a coordenação interministerial para levar a proposta à implementação, incluindo discussões com os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Fazenda para alinhar o plano de Renda Básica com políticas fiscais e sociais mais amplas.



Eduardo Suplicy e moradoras
de vilarejo no Kenya (2019)

CAPÍTULO 5

Experiências Internacionais Inspiradoras que Visitei

Gostaria de destacar algumas iniciativas-chave de Renda Básica Universal (RBU) que testemunhei pessoalmente – experiências onde observei em primeira mão as vantagens transformadoras da RBU em ação.

O “Alaska Permanent Fund Dividend” (Dividendo do Fundo Permanente do Alasca), iniciado em 1982, é um bom exemplo de Renda Básica universal e incondicional. Todo residente no Alasca por um ano ou mais recebe uma parcela anual igual da receita líquida do Alaska Permanent Fund, financiado pelos royalties do petróleo. Desde sua criação, o dividendo variou de algumas centenas a mais de dois mil dólares por ano por pessoa, distribuído igualmente a todos os habitantes do Estado, independentemente de renda ou situação empregatícia.

Em julho de 1995, durante sete dias, visitei o escritório do Fundo Permanente do Alasca em Juneau. Durante minha estadia, conversei com residentes sobre o dividendo e encontrei apoio unânime à política. A Renda Básica transformou o Alasca do estado mais desigual dos EUA em 1980 para um dos três mais igualitários,

ao lado de New Hampshire e Utah atualmente. É interessante notar que o Alasca é um dos poucos estados americanos sem imposto de renda estadual ou imposto sobre vendas, mostrando que uma Renda Básica é compatível com baixa tributação geral quando as receitas de recursos naturais são compartilhadas.

Em 2005, em Washington D.C., tive a oportunidade de conhecer o ex-governador Jay Hammond, criador do Alaska Permanent Fund, durante uma palestra conjunta que fizemos sobre Renda Básica no Banco Mundial. Quando ele terminou de explicar o sistema altamente bem-sucedido, perguntei: “*Você sabia que implementou uma das principais propostas de um dos maiores ideólogos das Revoluções Americana e Francesa, Thomas Paine, em ‘Justiça Agrária’ (1796)?*”* Ele não sabia e ficou muito grato.

Desde 2008, em Macau, China, o governo implementou um “Wealth Partaking Scheme” (Plano de Partilha de Riqueza), que distribui anualmente um auxílio em dinheiro a todos os residentes permanentes, financiado pelas receitas dos cassinos. Esse esquema funcionou como uma espécie de dividendo de Renda Básica. Embora haja flutuação do valor, ele é distribuído incondicionalmente a todos os cidadãos.

A Namíbia conduziu um projeto piloto na região de Otjivero-Omitara entre 2008 e 2011, em que cada residente com menos de 60 anos recebeu uma Renda Básica mensal de 100 dólares namibianos. Avaliações mostraram que o projeto levou a reduções na pobreza, criminalidade e desnutrição, além de aumentos na frequência escolar e na atividade econômica. Em fevereiro de 2011, aceitei um convite do Bispo Zephania Kameeta, presidente da

Coalizão de Renda Básica da Namíbia, para visitar o experimento pioneiro. Durante minha visita, testemunhei mudanças notáveis na vila: os moradores investiram em agricultura de vegetais, padarias, fabricação de tijolos e costura, enquanto as taxas de evasão escolar entre 350 crianças caíram de 40% para zero.

No Quênia, a ONG GiveDirectly implementou um dos maiores e mais longos experimentos de Renda Básica. Milhares de indivíduos em várias aldeias rurais recebem transferências mensais em dinheiro, incondicionalmente, por 12 anos. O projeto visa testar os efeitos de longo prazo de uma Renda Básica nos resultados sociais de pobreza, desenvolvimento econômico e saúde.

A Alemanha também introduziu um benefício universal para crianças conhecido como “Kindergeld”, uma espécie de salário-família. Esse benefício é fornecido a cada criança assim que ela é matriculada na escola. Mas há algumas disparidades nos benefícios oferecidos por cada estado. Atualmente, o governo está considerando transformar o sistema atual em uma “Segurança Básica para Crianças”, para simplificar e unificar o acesso ao benefício. Por enquanto, essa proposta enfrenta várias disputas políticas.

Até 2023, o valor do benefício para cada criança na Alemanha dependia se a criança era a primeira, segunda ou terceira da família. Mas, a partir de 2023, o benefício tornou-se igual para todos: um benefício universal de 250 euros por mês. Além disso, outros benefícios complementares existem em cada estado. Portanto, ainda há diferenças dependendo de onde a família mora.



Eduardo Suplicy e Philippe Van Parijs

CAPÍTULO 6

Renda Básica: Uma Nova Ética para o Século XXI

Vivemos em um tempo de transformações aceleradas, em que os antigos paradigmas sociais, econômicos e ambientais já não são suficientes para enfrentar os desafios do presente. Inteligência artificial, automação, mudanças climáticas, fluxos migratórios forçados, aprofundamento das desigualdades – todos esses fenômenos nos convocam a repensar os fundamentos da justiça e da dignidade humana. Nesse cenário, a Renda Básica Universal e Incondicional surge não apenas como uma política econômica, mas como uma nova ética, uma proposta civilizatória fundada na garantia do direito de existir com dignidade.

Em sua última viagem à América Latina, o Papa Francisco exortou chefes de Estado a adotarem instrumentos de política econômica que elevem o grau de justiça na sociedade, condição fundamental para a paz dentro e entre as nações. Ele próprio destacou a Renda Básica Universal como um desses instrumentos. Assim como o Papa, estou convencido de que a Renda Básica Universal e Incondicional pode contribuir decisivamente para construir a paz entre os povos. Na medida em que qualquer país começar

a implementar a RBU, outros líderes seguirão esse exemplo, e poderemos vislumbrar uma maior integração entre todas as nações.

Este Congresso da BIEN também deve expressar nossa preocupação com as guerras que, infelizmente, ainda ceifam milhares de vidas, como vemos entre Rússia e Ucrânia, Israel e Palestina, e em muitas regiões da África e Ásia. Suponhamos que israelenses e palestinos, que tradicionalmente acolhem visitantes de diversas religiões, decidam destinar parte da receita do turismo para criar um fundo compartilhado para pagar uma Renda Básica Universal para todos. E suponhamos que russos e ucranianos seguissem o mesmo exemplo. Que mundo poderíamos construir, senão um mundo de paz?

Quando o presidente Donald Trump solicitou US\$50 bilhões ao Congresso americano para construir um muro na fronteira com o México, pensei: *“Não seria mais interessante convidar todas as nações das Américas a contribuir para um Fundo de Solidariedade Americano, destinado a pagar uma Renda Básica Universal para todos os seus habitantes? Cada país escolheria a fonte de financiamento para essa iniciativa. No dia em que existir uma Renda Básica do Canadá à Argentina, não haverá mais razão para construir muros ou adotar políticas anti-imigração”*.

Da mesma forma, a chamada Quarta Revolução Industrial está trazendo mudanças profundas para o mercado de trabalho. Com os avanços da inteligência artificial e da automação, muitos empregos estão sendo substituídos por máquinas e algoritmos. Empregos na manufatura, no transporte e até em serviços qualificados estão sendo fortemente impactados. Nesse contexto, a

Renda Básica surge como uma política estratégica para criar uma sociedade mais resiliente e inclusiva, permitindo que as pessoas se qualifiquem para novas funções ou se dediquem a projetos de vida significativos.

Outro grande desafio do nosso tempo é a emergência climática. Já não é possível separar justiça ambiental de justiça social. Relatórios recentes, como o da Transforma em parceria com a Equal Right, mostram como uma Renda Básica pode ser central para uma transição ecológica justa, integrando segurança econômica e conservação ambiental. Propostas como o modelo “Cap and Share”, que limita as emissões de carbono e redistribui receitas diretamente para a população, apontam caminhos viáveis e promissores. Também têm sido sugeridas iniciativas de Renda Básica voltadas para conservação ambiental e comunidades indígenas, ampliando o escopo da política como instrumento de transformação ecossocial.

No Brasil, já existem Projetos de Lei propondo, por exemplo, substituir tarifas sociais de energia por painéis solares para famílias de baixa renda, incluindo o direito à energia limpa com uma forma concreta de Renda Básica Energética. É possível, e necessário, conectar justiça climática com mitigação da pobreza.

Somando-se a esse debate há uma questão que feministas denunciam há décadas: a invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidado. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado responde por 13% do PIB brasileiro, mais que o dobro da contribuição do setor agrícola. A maior parte desse trabalho é realizada por mulheres,

especialmente as mais pobres. A Renda Básica reconhece esse esforço como trabalho essencial para a sustentação da vida. Como nos lembra a pensadora Silvia Federici, o trabalho reprodutivo é tão fundamental quanto o trabalho produtivo, embora historicamente ignorado pelas políticas econômicas.

Dados recentes da UNICEF mostram que as crianças e adolescentes mais pobres do Brasil enfrentam níveis alarmantes de violência. Uma Renda Básica Universal poderia ser uma ferramenta poderosa para romper esse ciclo, garantindo às famílias mais vulneráveis uma base de proteção social.

Quero destacar o papel da juventude, da academia e dos movimentos de base na defesa da RBU. São eles que sustentam o debate sobre a Renda Básica em todo o mundo.

A Renda Básica de Cidadania é, portanto, uma resposta ética aos dilemas do século XXI. Representa o reconhecimento do valor intrínseco de cada pessoa, da dignidade da vida humana e do direito de viver sem medo da fome ou do abandono. Mais do que um instrumento de política pública, é um chamado à solidariedade, à justiça e à paz. É com esse sonho que continuo defendendo essa proposta – com coragem, esperança e perseverança.

Conclusão

Há 21 anos, em 8 de janeiro de 2004, quando o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.835/2004, que instituiu a Renda Básica da Cidadania no Brasil, ele nos desafiou a “*fazer este barco navegar*”. Para mim, estas palavras simbolizam a transição entre a aprovação de uma lei visionária e sua implementação concreta. São um chamado à ação, que nos convoca a transformar esta ideia em realidade e mudar a vida de todos os brasileiros.

A Renda Básica da Cidadania é a chave para a dignidade e liberdade humanas. Ela elimina a burocracia e o estigma vinculados a programas assistenciais condicionados e, mais importante, capacita as pessoas a dizerem “*Não!*” às oportunidades exploratórias, garantindo a todos a liberdade de escolher seu próprio caminho e vocação.

Temos exemplos inspiradores, como o do Alasca, que há décadas distribui dividendos do petróleo a todos os residentes, ajudando a se tornar um dos estados mais igualitários dos EUA. Mais perto de nós, a cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, implementou com sucesso um programa de Renda Básica vinculado a moedas sociais, financiado por royalties do petróleo.

O “barco” da Renda Básica Universal já está navegando, mas esta jornada exige diálogo e comprometimento. Continua-

mos avançando por meio do Grupo de Trabalho no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, explorando modelos de financiamento e definindo os próximos passos rumo à universalização. O objetivo é claro: reduzir a extrema desigualdade de renda no Brasil e garantir uma existência digna para todos.

Sim, estamos fazendo nosso barco navegar, rumo a um futuro mais justo e livre para todos.



Fundamentos Históricos e Filosóficos da Renda Básica

Ao longo da história da humanidade, pensadores de todas as civilizações lançaram os fundamentos filosóficos para o que hoje chamamos de Renda Básica Universal. Esta ideia não surgiu espontaneamente, mas representa a sabedoria acumulada daqueles que estudaram como obter justiça econômica. Permitam-me apresentar alguns dos contribuintes mais importantes para este legado:

Confúcio (55 a.C.) no “Livro das Explicações e das Respostas”: *“A incerteza é ainda pior do que a pobreza. Pode alguém sair de casa se não pela porta?”*.

Aristóteles (300 a.C.) em “Política”: *“O propósito da política é uma vida justa, que se alcança através do bem comum, tornando os desiguais iguais, por meio da lei.”*

Antigo Testamento da Bíblia Sagrada: a palavra mais citada (513 vezes) é “Tzedakah”, que em hebraico significa “justiça social ou justiça da sociedade”, que era o grande anseio do povo judeu, como também é do povo palestino.

Novo Testamento da Bíblia Sagrada: nos Atos dos Apóstolos (2:42-45):

“Perseveravam na doutrina dos apóstolos, na comunhão, no partir do pão e nas orações. Todos estavam cheios de temor, pois muitos prodígios e sinais eram feitos pelos apóstolos. Todos os que criam estavam unidos e tinham tudo em comum; vendiam suas propriedades e bens e repartiam o dinheiro com todos, conforme a necessidade de cada um”.

Na literatura de Hadith, Omar ibn al-Khattab, o segundo dos quatro califas que sucederam o Profeta Maomé: *“Aqueles abençoados com riqueza abundante ou renda excedente devem reservar uma porção para aqueles que possuem pouco ou nada”.*

Dalai Lama, em “Uma Ética para o Novo Milênio”, afirma que *“uma vida luxuosa levada por alguns seres humanos seria admissível desde que toda a humanidade tivesse o suficiente para satisfazer suas necessidades básicas, e um pouco mais”.*

Thomas More, em “Utopia”, 1516, através do personagem Rafael Hitlodeu que fez a seguinte observação ao Cardeal Morton e outras pessoas que comentavam que a pena de morte na Inglaterra, instituída no início do século XV, não havia contribuído para diminuir a criminalidade, assaltos, roubos, assassinatos: *“Em vez de infligir essas punições horríveis, seria muito melhor prover a todos com algum meio de sobrevivência, de tal forma que ninguém estaria se submetendo à terrível necessidade de primeiro se tornar um ladrão e depois um cadáver”.* Baseado nesta reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vivés, fez a primeira proposta de renda

mínima para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, na Bélgica, em “*De subventionem pauperum sive de humanis necessitatibus*”. Por este motivo, Thomas More é considerado uma das pessoas importantes que lançaram as bases para a Renda Básica.

Thomas Paine, em “Justiça Agrária” (1795) enviou à Assembleia Nacional da França um ensaio no qual observa que a pobreza estava relacionada à civilização e à instituição da propriedade privada. Ele observou que uma posição incontroversa, que a terra em seu estado natural não cultivado, era e sempre continuaria sendo a propriedade comum da raça humana. Ele argumentou que considerava justo que uma pessoa que cultivasse a terra, e tivesse feito algumas melhorias, pudesse ter o direito de receber o resultado desse cultivo. Mas acrescentou que “*todo proprietário que cultiva a terra deve à comunidade um aluguel por ela. Deste aluguel pago por cada proprietário constituiria um fundo nacional, que produziria renda que seria paga na forma de dividendos iguais a todos, a fim de compensar a perda dessa herança natural: ‘todo indivíduo nasce no mundo com um direito legítimo à certa forma de propriedade ou seu equivalente’.*”

Joseph Charlier em “Solução para o Problema Social ou Constituição Humanitária” (1848) formulou claramente a proposição de conceder a todas as pessoas, incondicionalmente, o direito a uma Renda Básica.

Karl Marx (1848), em “O Capital” observa que, em uma sociedade mais madura, os seres humanos se comportam de forma a poder

ter o seguinte princípio: “*De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades.*”

Bertrand Russell, em “Caminhos para a Liberdade: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo” (em 1918) afirmou que “*o plano que defendemos essencialmente se resume a isto: que uma certa renda, suficiente para as necessidades, será garantida a todos, trabalhem ou não, e que uma renda maior – tanto maior quanto a quantidade total de bens produzidos permita – deveria ser fornecida àqueles que estão dispostos a se dedicar a algum trabalho que a comunidade reconheça como valioso.*”

James E. Meade (em 1935) em Diretrizes de Política Econômica para um Governo Trabalhista, e nos três livros sobre Agathotopia (1989, 1992 e 1995), defende o estabelecimento de uma renda do cidadão ou dividendo social, muito importante para o objetivo de alcançar um maior nível de emprego na economia. Ao estudar os arranjos sociais de Agathotopia, concluiu que eram os melhores para alcançar os objetivos que a humanidade e os economistas buscam: liberdade, no sentido de cada pessoa poder trabalhar em sua vocação e gastar o que recebe como bem entender; igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de renda e riqueza; e eficiência, no sentido de alcançar o mais alto padrão de vida possível com os recursos e tecnologia disponíveis. Os instrumentos para alcançar esses objetivos são a flexibilidade de preços e salários, cotas de participação nos lucros em cada empresa e Renda Básica universal. Com a recomendação de que tais instrumentos



Eduardo Suplicy com indígenas no Brasil

devem ser implementados gradualmente para evitar causar instabilidades políticas.

John Maynard Keynes, considerado por muitos como o maior economista do século XX. Em 1939, em “Como Pagar pela Guerra”, publicado primeiro no jornal “The Times” e depois em “Ensaio em Persuasão”, Keynes buscou convencer seus compatriotas que, em um momento em que era necessário prover o suficiente para as despesas de defesa contra a Alemanha e os países que entravam em guerra contra o Reino Unido, também era necessário reservar cerca de 2% do Produto Nacional Bruto, portanto £100 milhões de um total de £5 bilhões, para garantir a todas as pessoas uma Renda Básica.

Milton Friedman (1962) contribuiu para popularizar a defesa de uma renda mínima garantida através de um imposto de renda negativo, em seu livro “Capitalismo e Liberdade”.

John Kenneth Galbraith (1998), por ocasião em que recebeu um título honorário da London School of Economics ao completar 90 anos, observou que: *“A resposta ou parte da resposta é muito clara: todas as pessoas precisam ter garantida uma Renda Básica decente”*.

Martin Luther King Jr. (1997) em “Para onde vamos a partir daqui: caos ou comunidade?” (Nova York: Harper Row) expressou um pensamento que nos lembra Confúcio quando diz que a saída é pela porta: *“Estou agora convencido de que a abordagem mais simples provará ser a mais eficaz – a solução para a pobreza é abolí-la diretamente através de uma medida agora amplamente discutida: a renda garantida”*.

Philippe Van Parijs e Guy Standing, fundadores da BIEN, Basic Income Earth Network, em 1986, em “O que é uma Sociedade Justa” (1991), “Argumentando por uma Renda Básica: Os Fundamentos Éticos de uma Reforma Radical” (1992), e “Liberdade Real para Todos: O que (se é que algo) Pode Justificar o Capitalismo?” (1995). Van Parijs parte do princípio de justiça que foi desenvolvido pelo filósofo John Rawls em “Uma Teoria da Justiça” (1971): (1) toda pessoa tem igual direito ao conjunto mais extenso de liberdades fundamentais compatível com a atribuição a todos desse mesmo conjunto de liberdades (princípio da igual liberdade); (2) Desigualdades de vantagens socioeconômicas são



Cerimônia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa a Eduardo Suplicy na Universidade Católica de Louvain (2016)

justificadas apenas se (a) contribuírem para melhorar a sorte dos membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se (b) estiverem vinculadas a posições que todos tenham oportunidades equitativas de ocupar (princípios da igualdade de oportunidades). Guy Standing recomenda que políticas só podem ser vistas como justas se, e somente se, minimizarem a diferença entre o grau de segurança daqueles que têm menos e o resto da sociedade.

Papa Francisco em seu Livro, “Vamos Sonhar Juntos, O Caminho para um Futuro Melhor.” (2020): “Reconhecer o valor do trabalho

não remunerado para a sociedade é vital para repensar o mundo pós-pandemia. Portanto, acredito que é hora de explorar conceitos como a Renda Básica universal, também conhecida como imposto de renda negativo: um pagamento fixo incondicional a todos os cidadãos, que poderia ser distribuído através do sistema tributário.

A Renda Básica universal poderia redefinir as relações no mercado de trabalho, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as mantêm presas na pobreza. Daria aos indivíduos a garantia básica de que precisam, eliminando o estigma do seguro-desemprego, e facilitaria a mudança de um trabalho para outro, como as exigências tecnológicas no mundo do trabalho demandam. Políticas como esta também podem ajudar as pessoas a combinar o tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo para a comunidade.

Ao tornar a integração dos pobres e o cuidado com o meio ambiente objetivos centrais da sociedade, podemos gerar trabalho e humanizar nosso entorno. Com uma Renda Básica universal, libertamos e garantimos que as pessoas sejam capazes de trabalhar para sua comunidade de maneira digna. Ao adotar métodos mais intensivos e sustentáveis na produção de alimentos, regeneramos o mundo natural, criamos trabalho e biodiversidade e vivemos melhor”.

Laureados com o Prêmio Nobel de Economia e da Paz que defendem a Renda Básica Universal

Desmond Tutu: Prêmio Nobel da Paz (1984);

Robert Solow: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (1987);

Amartya Sen: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (1998);

Daniel McFadden: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2000);

Vernon Smith: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2002);

Muhammad Yunus: Prêmio Nobel da Paz (2006);

Peter Diamond: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2010);

Christopher Pissarides: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2010);

Angus Deaton: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2015);

Abhijit Banerjee: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2019);

Esther Duflo: Prêmio Nobel de Ciências Econômicas (2019).

O Professor Celso Furtado, em 8 de janeiro de 2004, por ocasião da sanção da lei que institui a Renda Básica de Cidadania, enviou a seguinte mensagem:

Ao Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei de Renda Básica de Cidadania quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora, com este ato que é fruto do civismo e da ampla visão social do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo. Aproveito a oportunidade para almejar a Vossa Excelência que continue a ter êxito na importante missão que lhe foi cometida.

Cordialmente,
Celso Furtado
Paris, 8 de janeiro de 2004